

Brasília, 15 de junho de 2026

Seleção

Sumário

CNBC Brasil Online

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Entenda por que o PIX ganhou proteção máxima da lei de propriedade industrial 3

Migalhas

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | ABPI

Autoridade do argumento ou argumento da autoridade? 5

O Tempo Online

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Stellantis lidera ranking de patentes de invenção do Inpi, seguida por Petrobras e... 11

TecMundo

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

DJI e Insta360 'se processam' por violação de patentes e design de câmera 12

Folha de S. Paulo

Sábado, 13 de junho de 2026 | Marco regulatório | INPI

Alto renome impede novas marcas com nome 'Pix', mas mantém registros antigos 14

Congresso em Foco

Sexta-feira, 12 de junho de 2026 | Propriedade Intelectual

A evolução do regime jurídico da SAF 16

Entenda por que o PIX ganhou proteção máxima da lei de propriedade industrial



Em pouco mais de quatro anos de existência, o PIX deixou de ser somente um sistema de pagamentos para se tornar um dos ativos mais valiosos do estado brasileiro. Na quarta-feira (10), o Banco Central obteve o registro do PIX como marca de alto renome no **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI)**.

Trata-se do maior nível de proteção previsto pela Lei da **Propriedade Industrial**. Com esse reconhecimento, o nome e o símbolo do PIX passam a ter proteção em todos os ramos da economia brasileira, e não apenas no setor financeiro. A publicação oficial sai na próxima terça-feira (16), na Revista da **Propriedade Industrial**.

O status de alto renome é concedido pelo **INPI** com base em documentação técnica e pesquisas que comprovam que a marca atingiu extrema confiança, qualidade e reputação junto à população brasileira.

Os números do PIX explicam por que o sistema chegou a esse patamar: em 2025, o sistema movimentou R\$ 35,36 trilhões e registrou quase 80 bilhões de transações, crescimento de 33,6% em relação ao ano anterior.

No segundo semestre de 2025, o PIX respondeu por 54,7% de todas as transações de pagamento do país.

O que muda na prática com o registro

Para Mariana Valverde, advogada especializada em **propriedade intelectual** e sócia-fundadora do Valverde Advogados, o reconhecimento de alto renome é a maior proteção de uma marca prevista na Lei da **Propriedade Industrial**. A principal vantagem, com base no artigo 125 da lei, é a proteção em todos os ramos de atividade econômica.

"Na prática, isso significa que a marca terá proteção ampliada, independente da classe de produtos ou serviços para a qual foi registrada. Ou seja, ninguém pode mais registrar marca PIX mesmo que para identificar serviços diferentes e não relacionados à transferência bancária", explica Valverde.

Isso significa que nenhuma empresa pode registrar o nome PIX, ainda que para produtos sem nenhuma relação com pagamentos. A proteção vale para qualquer ramo de atividade dentro do território brasileiro.

Proteção contra fraudes e oportunistas

Valverde reforça que o registro no **INPI** impede que uma empresa ou outra marca faça associação indevida ao nome dentro do Brasil e tente lucrar com ele. Caso alguma empresa tente usar um nome idêntico ou muito parecido, o Banco Central pode exigir judicialmente a alteração e pedir indenização por danos materiais.

A advogada também lembra que a marca é um ativo intangível entre os mais relevantes de qualquer organização. O registro no **INPI**, segundo ela, pode aumentar o valor de mercado, trazer credibilidade e facilitar a atração de investidores. "O registro no **INPI** é uma proteção contra oportunistas e fraudes, uma vez que impedirá que uma empresa ou outra marca faça uma associação indevida à marca PIX dentro do Brasil e tente lucrar com o nome", diz Valverde.

PIX na mira dos EUA

O anúncio ocorre em um momento de tensão diplomática direta envolvendo o sistema. Em 1º de junho de 2026, o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos, o USTR, concluiu investiga-

Continuação: ■

Entenda por que o PIX ganhou proteção máxima da lei de propriedade industrial

ção iniciada em julho de 2025 e propôs tarifa de 25% sobre todas as importações brasileiras, com prazo até 15 de julho para que o Brasil adote correções.

Siga o Times Brasil no Google e receba as principais notícias do Brasil e do Mundo.

Seguir no Google

O USTR acusou o PIX de prejudicar de forma injusta empresas americanas de pagamento eletrônico, citando nominalmente Visa, Mastercard e WhatsApp Pay, e alegou que o Banco Central concede tratamento preferencial ao sistema em detrimento de concorrentes estrangeiros. Visa e Mastercard estimam perdas de R\$ 12 bilhões com seus cartões de crédito em razão dos pagamentos realiza-

dos pelo sistema brasileiro.

O governo federal defendeu o PIX como infraestrutura pública aberta a todos os participantes do sistema financeiro, nacionais e estrangeiros. O registro da marca no **INPI** foi tratado como forma de resguardar o sistema no território nacional e evitar disputas sobre sua operação.

Autoridade do argumento ou argumento da autoridade?



Autoridade do argumento ou argumento da autoridade? Marcello Ávila Nascimento Forum shopping doutrinário, decisão europeia à revelia e a estratégia da Fender para intimidar o mercado global com um precedente que não sobreviveu ao contraditório americano. sexta-feira, 12 de junho de 2026

Atualizado às 10:46

A discussão em torno da decisão europeia sobre a Fender Stratocaster proferida pelo tribunal regional de Düsseldorf em março de 2026 pode revelar algo mais profundo do que uma simples disputa sobre direitos autorais. Talvez ela exponha uma estratégia jurídica deliberadamente construída sobre um precedente frágil, destinada a intimidar o mercado global com base na autoridade formal de uma sentença que jamais foi testada em contraditório real. Para os profissionais de **Propriedade Intelectual**, a pergunta inevitável é: estamos diante da autoridade do argumento ou do mero argumento da autoridade?

O cenário americano

Para compreender a manobra europeia, é indispensável revisitar o que ocorreu nos EUA. No início dos anos 2000, a Fender Musical Instruments Corporation tentou registrar o formato do corpo da Stratocaster como trade dress perante o USPTO. Uma coalizão de mais de uma dúzia de fabricantes

rivais, incluindo ESP, Schecter e Suhr, opôs-se com sucesso. O TTAB - Trademark Trial and Appeal

Board negou todos os pedidos, consignando expressamente que o formato havia se tornado tão difundido que figurava como representação genérica de guitarra elétrica em dicionários.

LEMLEY (1999), em sua análise sobre a funcionalidade e a genericidade do trade dress, sustenta que formas que se tornaram sinônimas de uma categoria de produto não podem ser objeto de proteção exclusiva sem grave dano à concorrência. BEEBE (2022), ao examinar as funções da marca perante a jurisprudência das USCA - U.S. Courts of Appeals, reforça que a proteção do trade dress exige, acima de tudo, distintividade adquirida que não comprometa a livre imitação de elementos que se tornaram padrão de mercado. A decisão do TTAB refletiu precisamente essa orientação doutrinária consolidada.

A janela europeia do copyright

Bloqueada a via do trade dress americano, a Fender encontrou no direito autoral europeu um terreno aparentemente mais fértil. A proteção de obras de arte aplicada, sob a Diretiva 2001/29/CE e o paradigma estabelecido pelo TJ da União Europeia no caso Cofemel (C-683/17), exige apenas que a obra reflita escolhas criativas livres e pessoais do autor, dissociadas de considerações meramente técnicas ou funcionais.

GINSBURG e GOLDSTEIN (2000), ao tratarem dos limites entre direito autoral e design industrial, advertem que a extensão do copyright a objetos utilitários deve ser aplicada com extrema cautela, sob pena de criar monopólios perpétuos sobre formas que, com o passar do tempo, integram o patrimônio estético coletivo.

BENTLY (2018), em perspectiva consonante, observa que a proteção autoral de obras de arte aplicada não pode ser instrumentalizada para contornar a caducidade das proteções de marca e design, sob pena de subverter o equilíbrio do sistema de **Propriedade Intelectual** como um todo.

É exatamente nesse ponto que para alguns reside a fragilidade central da decisão europeia sobre a Fender Stratocaster: a Stratocaster foi criada em 1954. Com mais de 70 anos de existência e décadas de cópias toleradas no mercado mundial, o argu-

mento de que o design ainda reflete a "personalidade criativa de seu autor" enfrenta o obstáculo do domínio público progressivo e da funcionalidade estética consolidada.

LEAFFER (2014), ao tratar da originalidade no direito autoral americano e suas projeções no cenário internacional, já alertava que o tempo e a difusão de uma forma no mercado são fatores que o intérprete não pode ignorar ao aferir a proteção autoral.

Sentença à revelia

O aspecto mais revelador de toda a estratégia é o perfil do réu escolhido. A Yiwu Philharmonic Musical Instruments Co., microempresa chinesa que vendia guitarras por â-62 no AliExpress sob o nome comercial "SHUFFLE Musical Instruments Store", simplesmente não compareceu ao processo. O Tribunal Regional de Düsseldorf proferiu sentença à revelia.

DINWOODIE (2008), ao analisar os efeitos do forum shopping em litígios internacionais de **Propriedade Intelectual**, alerta que decisões obtidas contra réus que não contestam a ação carecem da densidade argumentativa necessária para sustentar a vinculação de terceiros. A INTA, em seus princípios orientadores sobre proteção de trade dress e direitos autorais sobre produtos, igualmente ressalta que a solidez de um precedente depende diretamente da qualidade do contraditório que o gerou.

FERNÁNDEZ-NÓVOA (2004), referência clássica no direito de marcas europeu, ensina que a autoridade de uma decisão judicial em matéria de **Propriedade Industrial** deve ser medida pela profundidade da análise e pela resistência ao contraditório, não pela ausência de defesa do réu. Uma vitória por abandono não é uma vitória de mérito. MATHÉLY (1984) e POUILLET (1912), no contexto da tradição francesa que influenciou parte significativa do direito continental europeu, já advertiam que a proteção autoral de formas industriais pressupõe avaliação rigorosa da originalidade, não mera declaração judicial facilitada pela inércia processual do adversário.

A omissão que poderia transformar estratégia em má-fé processual

Há um elemento que eleva a crítica jurídica a outro patamar e que só veio a público com a resposta formal dos fabricantes acionados. Ronald Biensstock, o advogado que representou Suhr, ESP, Schecter e mais de uma dezena de fabricantes na ação que derrotou a Fender perante o TTAB em 2009, foi contratado para responder às notificações extrajudiciais da campanha atual. Sua análise é categórica: a Fender não informou ao tribunal regional de Düsseldorf que havia tentado, e fracassado, em obter proteção de **Propriedade Intelectual** para o mesmo formato nos EUA.

A decisão de 25/3/09, no caso Stuart Spector Designs Ltd. v. Fender Musical Instruments Corporation (94 USPQ2d 1549, TTAB 2009), encerrou cinco anos de litígio com mais de 20.000 páginas de evidências, reunindo dezesseis fabricantes de guitarras como opositores. O TTAB concluiu que as configurações são tão comuns na indústria que não podem identificar a origem do produto, declarando expressamente que o formato da Stratocaster "é tão comum que é representado como guitarra elétrica genérica em um dicionário". Esse precedente, que deveria figurar obrigatoriamente em qualquer petição sobre o mesmo objeto, simplesmente não foi mencionado perante o tribunal alemão.

A omissão não poderia ser tecnicamente acidental. Um advogado que conduz litígio internacional em matéria de **Propriedade Intelectual** conhece, ou em tese deveria conhecer, os precedentes mais relevantes sobre o objeto da ação no principal mercado mundial do produto em disputa. Silenciar sobre uma derrota de 75 páginas, proferida após cinco anos de contraditório denso, perante um tribunal que analisa a mesma pretensão sob prisma diferente, configura conduta processual no mínimo questionável. DINWOODIE (2008), ao tratar dos deveres de lealdade processual no litígio internacional de **Propriedade Intelectual**, é claro: a parte não pode selecionar foros ignorando deliberadamente a existência de decisões adversas em outros sistemas, especialmente quando esses sistemas possuem conexão direta com o objeto da disputa.

No direito brasileiro, PONTES DE MIRANDA (1983) e CERQUEIRA (2012) sempre insistiram que a boa-fé objetiva permeia o exercício dos direitos de **Propriedade Industrial**. O uso de um

direito formalmente válido com finalidade de coagir concorrentes, ocultando ao tribunal os antecedentes que fragilizariam a pretensão, é comportamento incompatível com os princípios que regem o sistema protetivo.

BENTO DE FARIA (1906) e AFFONSO CELSO (1888), em perspectiva histórica, já sinalizavam que o abuso do direito na seara industrial se manifesta precisamente quando o titular instrumentaliza o aparato jurídico não para proteger uma criação legítima, mas para eliminar concorrentes que atuam dentro dos limites do domínio público.

O quadro que emerge, portanto, seria mais grave do que o de simples forum shopping. É passível de ser interpretada como uma pretensão construída sobre omissão consciente de precedente desfavorável, dirigida a um réu incapaz de resistir, com o aparente propósito de gerar intimidação global. A autoridade do argumento exige transparência. O argumento da autoridade prospera exatamente no silêncio sobre o que o contradiz.

O forum shopping como estratégia

A escolha da Alemanha não parece ter sido casual. O direito alemão tem tradição de proteção robusta a obras de arte aplicada, e os tribunais de Düsseldorf são reconhecidos por sua sensibilidade às questões de direito autoral em produtos industriais.

POULLAUD-DULIAN (2005) observa que a proteção autoral de formas industriais tende a ser significativamente mais ampla na Europa continental do que nos sistemas de common law, diferença que o operador estratégico de **Propriedade Intelectual** jamais ignora ao escolher o foro de sua ação.

A Fender soube explorar esta assimetria com precisão cirúrgica: obteve na Europa o que não poderia obter nos EUA, contra um réu incapaz de resistir, e pode ter transformado o resultado em argumento de intimidação global. No Brasil, CERQUEIRA (2012) e SILVEIRA (2014), ao tratarem da tutela da forma tridimensional como marca ou como obra artística, são categóricos: a proteção pressupõe distintividade e originalidade não apenas declaradas, mas efetivamente comprovadas em processo com amplo contraditório. PEREIRA DOS SANTOS (2007) reforça que o sistema brasileiro, alinhado aos parâmetros do TRIPS e às diretrizes da OMPI/WIPO, não admite a transposição automática de precedentes estrangeiros sem análise do mérito à

luz do ordenamento nacional.

PONTES DE MIRANDA (1983), ao sistematizar os direitos da personalidade e os direitos autorais no direito brasileiro, estabelece que o direito sobre a obra pressupõe a identificação precisa do elemento criativo que distingue a criação do seu autor do repertório preexistente. A Stratocaster de 1954 certamente possuía esse elemento. A Stratocaster de 2026, após décadas de cópias toleradas e consagração como forma genérica de guitarra elétrica, apresenta outra realidade jurídica.

Esse fenômeno não se limita à escolha entre jurisdições nacionais distintas. Dentro do próprio sistema judiciário brasileiro, a doutrina especializada já identificou movimento análogo: a escolha estratégica de tribunais federais regionais menos familiarizados com as teses de **Propriedade Intelectual** - e, por isso, menos refratários a argumentos já testados e recusados pelo TRF2, tribunal historicamente especializado na matéria em razão da sede do **INPI** no rio de janeiro. BARBOSA (2014) observa que a perpetuatio jurisdictionis e a competência privativa dos tribunais especializados constituem salvaguardas precisamente contra esse tipo de evasão pretoriana. O recurso a uma decisão europeia isolada, descontextualizada do ordenamento que a produziu, pode cumprir função retórica semelhante: não a de construir um argumento juridicamente transplantável, mas a de invocar uma autoridade externa para suprir a fragilidade do argumento interno.

O impacto sobre o mercado e os fabricantes independentes

Os efeitos da campanha da Fender já são concretos e crescentes. A LsL Instruments, empresa familiar californiana cujo quadro inclui Chris Fleming, ex-master builder da própria Fender, foi a primeira a confirmar publicamente ter recebido a notificação, com prazo de 25/5/26 para cessar a produção, recolher produtos do mercado e destruir o estoque remanescente. Diante da impossibilidade financeira de arcar com advogados nos EUA e na União Europeia simultaneamente, a empresa lançou uma campanha de arrecadação pública no GoFundMe, declarando abertamente que sem apoio seria forçada a encerrar as atividades.

A escalada atingiu outro patamar quando a PRS Guitars confirmou ter recebido notificação similar. A PRS não é uma boutique artesanal: é uma das maiores fabricantes de guitarras do mundo, e o

modelo em questão é o Silver Sky, assinado por John Mayer. O instrumento havia superado a própria Stratocaster original nos rankings de vendas da plataforma Reverb em 2022 e 2023. A resposta da PRS foi lacônica e direta: a empresa discorda da avaliação da Fender. Pelo menos um outro grande fabricante global recebeu notificação e rebateu as exigências por meio de seus próprios advogados, sem revelar publicamente sua identidade.

Segundo relatos de youtubers especializados com acesso direto às cartas, ao menos meia dúzia de construtores americanos receberam notificações. O prazo fixado para resposta pelo escritório Bird & Bird era 25/5/26, o que já se passou sem que a

Fender tenha anunciado ações judiciais efetivas, reforçando a percepção de que o instrumento principal da estratégia parece ser a intimidação, não o litígio.

Do ponto de vista econômico, a mecânica é precisa: boutiques com faturamento de poucos milhões de dólares anuais não têm condições de sustentar litígio internacional contra uma corporação com receita estimada acima de 700 milhões de dólares. A LsL sintetizou o problema com clareza incomum em sua comunicação pública: o corpo da Stratocaster jamais foi objeto de proteção autoral por Leo Fender, cujo único interesse era o formato da headstock. O corpo sempre foi livre, sempre foi copiado, e a Fender tolerou isso por 70 anos.

LONG (1997) e CORREA (2007), ao examinarem os possíveis abusos de direitos de **Propriedade Intelectual** no comércio internacional, classificam este comportamento como uso estratégico do aparato jurídico para fins anticoncorrenciais, prática que a própria WIPO e o EUIPO reconhecem como problemática quando identificada. BRY (1914), em sua análise da função social da **propriedade intelectual**, já alertava que o exercício abusivo dos direitos de autor configura desvio funcional incompatível com os fins do sistema protetivo. A AIPPI, em suas resoluções sobre o abuso do direito de autor no contexto de produtos industriais amplamente difundidos, segue linha convergente.

Considerações finais

A decisão europeia sobre a Fender Stratocaster pode ser interpretada, juridicamente, como um castelo de areia construído sobre fundações deliberadamente escolhidas por sua fragilidade: um réu

frágil que não comparece, a decisão de um tribunal em primeira instância sem confirmação em grau de recurso, um sistema jurídico distinto daquele que já negou a mesma proteção ao mesmo titular, uma omissão consciente desse precedente adverso perante o foro estrangeiro, e um produto com mais de 70 anos de existência no domínio estético público.

A autoridade do argumento exige contraditório, profundidade analítica, coerência sistêmica e boa-fé processual. O que a Fender apresenta ao mercado parece ser o argumento da autoridade: a imposição pelo peso econômico e pelo ruído midiático de uma tese que provavelmente não sobreviveria a um litígio de mérito conduzido por adversário com recursos equivalentes. A PRS, ao rebater as exigências sem ceder, e a LsL, ao tornar pública a assimetria de forças por meio de arrecadação popular, demonstram que o mercado começa a distinguir entre ameaça e fundamento.

Para os operadores de **Propriedade Intelectual**, a lição é clara: avaliar a solidez real de um precedente antes de ceder a pressões baseadas nele. A decisão europeia sobre a Fender Stratocaster pode ter sido o primeiro ato de uma campanha global. É também, para quem analisa com rigor técnico, o retrato fiel de como o argumento da autoridade pode ser construído com custo mínimo e efeito máximo. E de como esse efeito começa a se dissolver no momento em que os atingidos decidem resistir.

BARBOSA, Pedro Marcos Nunes. A perpetuatio jurisdictionis e a competência privativa para julgamento dos feitos da **propriedade intelectual** nos tribunais. Revista da **ABPI**, Rio de Janeiro, n. 131, p. 70-76, jul./ago. 2014.

BEEBE, Barton. Trademark Law: an open-source casebook. 8. ed. Cambridge: Harvard Law School, 2022. Disponível em: <https://tmcasbook.org>. Acesso em: 31 maio 2026.

BENTLY, Lionel; SHERMAN, Brad; GANGJEE, Dev; JOHNSON, Phillip. Intellectual Property Law. 5. ed. Oxford: Oxford University Press, 2018.

BENTO DE FARIA, Antônio. Das Marcas de Fabrica e de Commercio e do Nome Commercial. Rio de Janeiro: Jacintho Ribeiro dos Santos Editor, 1906.

BRY, Georges. La propriété industrielle, littéraire et artistique: Droit commercial complémentaire. In: _____. Cours élémentaire de législation industrielle. Paris: L. Larose et L. Tenin, 1914. v. 2.

BRASIL. Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996. Regula direitos e obrigações relativos à **propriedade industrial**. Diário Oficial da União, Brasília, 15 maio 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19279.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

BRASIL. Lei n. 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 20 fev. 1998. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19610.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

CELSONO, Affonso. Marcas Industriais e Nome Comercial. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888.

CERQUEIRA, João da Gama. Tratado da **Propriedade Industrial**. Atualizado por Newton Silveira e Denis Borges Barbosa. 3. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012. 3 v.

CORREA, Carlos M. Trade Related Aspects of Intellectual Property Rights: a commentary on the TRIPS Agreement. Oxford: Oxford University Press, 2007. (Oxford Commentaries on the GATT/WTO Agreements).

DINWOODIE, Graeme B.; JANIS, Mark D. Trademark Law and Theory: a handbook of contemporary research. Cheltenham: Edward Elgar, 2008.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. United States Patent and Trademark Office. Trademark Trial and Appeal Board. Stuart Spector Designs, Ltd. et al. v. Fender Musical Instruments Corporation. Opposition Nos. 91161403 et al. 94 USPQ2d 1549. Alexandria: USPTO, 25 mar. 2009. Decisão precedente do TTAB sobre genericidade do formato dos corpos de guitarra Stratocaster, Telecaster e Precision Bass. Disponível em: <https://ttabvue.uspto.gov/ttabvue/v?pno=91161403&pty;=OPP&no;=246>. Acesso em: 31 maio 2026.

EUROPEAN UNION INTELLECTUAL PROPERTY OFFICE. Guidelines for Examination of European Union Trade Marks. Alicante: EUIPO, 2024. Disponível em: <https://guidelines.euipo.europa.eu>. Acesso em: 31 maio 2026.

FERNÁNDEZ-NÓVOA, Carlos. Tratado sobre Derecho de Marcas. 2. ed. Madrid: Marcial Pons, Ediciones Jurídicas y Sociales, 2004.

GINSBURG, Jane C.; GOLDSTEIN, Paul. International Copyright: principles, law, and practice. New York: Oxford University Press, 2000.

GOLDSTEIN, Paul. Goldstein on Copyright. 3. ed. New York: Wolters Kluwer, 2019. 3 v. (obra em atualização contínua, com suplementos anuais).

INSTITUTO NACIONAL DA PROPRIEDADE INDUSTRIAL. Resolução INPI/PR n. 267, de 13 de outubro de 2022. Dispõe sobre o Regulamento de Marcas. Rio de Janeiro: INPI, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/marcas/legislacao-de-marcas>. Acesso em: 31 maio 2026.

INTERNATIONAL TRADEMARK ASSOCIATION. INTA Resolution on Trade Dress Protection. New York: INTA, 2020. Disponível em: <https://www.inta.org/topics/trade-dress/>. Acesso em: 31 maio 2026.

LEAFFER, Marshall. Understanding Copyright Law. 6. ed. Durham: Carolina Academic Press, 2014. (Understanding Series).

LEMLEY, Mark A. The Modern Lanham Act and the Death of Common Sense. Yale Law Journal, New Haven, v. 108, n. 7, p. 1687-1715, 1999.

LONG, Doris E.; D'AMATO, Anthony. International Intellectual Property Law. The Hague: Kluwer Law International, 1997.

MATHÉLY, Paul. Le droit français des signes distinctifs. Paris: Journal des Notaires et des Avocats, 1984.

MIRANDA, Francisco Cavalcanti Pontes de. Tratado de Direito Privado: parte especial. 4. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983. v. 16-17: Direito das coisas - **propriedade intelectual, propriedade industrial**, direito de autor.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA **PROPRIEDADE INTELECTUAL**. Tratado da OMPI sobre Direito de Autor - WCT. Genebra: OMPI, 20 dez. 1996. WIPO Treaty Series n. 48. Disponível em: <https://www.wipo.int/treaties/pt/ip/wct/>. Acesso em: 31 maio 2026.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO. Acordo sobre Aspectos dos Direitos de **Propriedade Intelectual** Relacionados ao Comércio - TRIPS/ADPIC. Marraqueche: OMC, 15 abr. 1994.

Disponível em: https://www.wto.org/english/tratop_e/trips_e/t_agm0_e.htm. Acesso em: 31 maio 2026.

PEREIRA DOS SANTOS, Manoel J.; JABUR, Wilson Pinheiro (coord.). **Propriedade intelectual**: sinais distintivos e tutela judicial e administrativa. São Paulo: Saraiva, 2007. (Série GVlaw).

POUILLET, Eugène. *Traité des marques de fabrique et de la concurrence déloyale en tous genres*. 6. ed. entièrement refondue et mise au courant de la législation, de la doctrine et de la jurisprudence. Paris: Marchal & Billard; Marchal & Godde, successeurs, 1912.

POULLAUD-DULIAN, Frédéric. *Le droit d'auteur*. Paris: Economica, 2005. (Corpus Droit Privé).

SILVEIRA, Newton. **Propriedade intelectual: propriedade industrial**, direito de autor, software, cultivares, nome empresarial, abuso de patentes. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: Manole, 2014.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA UNIÃO EUROPEIA. Acórdão do Tribunal de Justiça (Grande Secção) no processo C-683/17 - Cofemel - Sociedade de Vestuário S.A. contra G-Star Raw CV. Luxemburgo: TJUE, 12 set. 2019. Critérios de proteção autoral de obras de arte aplicada. Disponível em: <https://curia.europa.eu/juris/document/document.jsf?docid=217668&doclang=PT>. Acesso em: 31 maio 2026.

UNIÃO EUROPEIA. Parlamento Europeu e Conselho. Directiva 2001/29/CE, de 22 de maio de 2001, relativa à harmonização de certos aspectos do direito de autor e dos direitos conexos na sociedade da informação. Jornal Oficial das Comunidades Europeias, Luxemburgo, 22 maio 2001. Disponível em: <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/?uri=CELEX:32001L0029>. Acesso em: 31 maio 2026.

WORLD INTELLECTUAL PROPERTY ORGANIZATION. *WIPO Intellectual Property Handbook*. 2. ed. Genebra: WIPO, 2004. WIPO Publication n. 489. Disponível em: https://www.wipo.int/edocs/pubdocs/en/intproperty/489/wipo_pub_489.pdf. Acesso em: 31 maio 2026.

Marcello Ávila Nascimento Sócio ÁVILA NASCIMENTO ADVOCACIA | +29 anos **INPI** | + 22 anos advocacia | Ranking Análise Advocacia | Pós Prop Industrial-UERJ | Mestrado Prop Intelectual-**INPI** | Pós Proc Civil-PUC | Pós Saúde-Verbo.

Stellantis lidera ranking de patentes de invenção do Inpi, seguida por Petrobras e UFMG

Montadora e petrolífera lideram pelo segundo ano consecutivo; outras seis universidades em Minas aparecem no ranking

A Stellantis, líder nacional no setor automobilístico, liderou pelo segundo ano consecutivo o ranking de depositantes de residentes de ativos de **propriedade de intelectual**. Divididos por residentes e não residentes no Brasil, os rankings de patentes de invenção (PI) são divulgados pelo **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)** e contemplam ativos como patentes, marcas, desenhos industriais e programas de computador.

O segundo lugar ficou com a Petrobras, enquanto o terceiro foi ocupado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A UFMG avançou duas posições no ranking de 2025 em relação ao ano anterior. Também estão presentes no ranking de PI de residentes do **Inpi** as Universidades Federais de Viçosa (UFV, 8º), São João Del Rei (UFSJ, 22º), Uberlândia (UFU, 19º), Juiz de Fora (UFJF, 32º) e Lavras (UFLA, 40º).

O Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet-MG) figurou em 36º em outro ranking do **Inpi**, o de depositantes residentes de programas de computador.

As regiões Sudeste (47,1%) e Nordeste (29,4%) dominam o ranking de depositantes residentes. Minas Gerais é o estado com mais depósitos, impulsionado pela Stellantis, pelas sete instituições de ensino federais e pela CNH, embora São Paulo tenha mais depositantes (9 contra 8). O Rio de Janeiro é o terceiro, com seis depositantes, liderado pela Petrobras.

A Stellantis, com fábrica em Betim, na Grande BH, fechou o ano com 225 depósitos. A montadora global participa do Mover (Mobilidade Verde e Inovação), programa do governo federal voltado à eficiência energética e tecnologias de baixo carbono.

O setor automotivo tem forte presença no ranking do **Inpi**. O Instituto Hercílio Randon (8º, RS) atua em mobilidade e eletrônica embarcada, enquanto as empresas Bosch (16º) e CNH Industrial (46º) completam a cadeia produtiva.

O setor de educação responde por 20,9% dos participantes do ranking; Pesquisa e Desenvolvimento, por 1,4%. A UFMG chegou ao 3º posto em 2025 com 94 depósitos.

Os 51 maiores depositantes residentes somaram 1.957 pedidos. Sete em cada dez são entidades públicas - principalmente universidades federais, institutos federais e centros de pesquisa.

O ranking de residentes do **Inpi** mostra estabilidade. Os seis maiores depositantes de 2025 já estavam entre os dez primeiros em 2024, com liderança e vice-liderança mantidas por Stellantis e Petrobras, respectivamente. Os estados de Minas Gerais, São Paulo, Paraíba, Pernambuco e Rio de Janeiro formam os principais polos da rede de colaborações.

A Petrobras registou 172 depósitos. Seu centro de pesquisas, o Cenpes, fica no campus da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o que, segundo o **Inpi**, ilustra a estreita relação entre a empresa e a maior universidade do estado fluminense. A Petrobras também se destaca em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D;) de bioenergia.

DJI e Insta360 'se processam' por violação de patentes e design de câmera



Acusação envolve patentes da Osmo Pocket 3 que teriam sido violadas pela câmera com estabilização Luna.

A fabricante de eletrônicos DJI abriu duas ações judiciais contra a Insta360, marca de uma companhia rival e também popular em alguns setores de câmeras. O motivo é uma série de supostas violações de patentes por parte da concorrente.

Como resultado, a própria Insta360 resolveu abrir dois outros processos contra a DJI, também a partir de acusações sobre uso indevido de **propriedade intelectual**. Os casos serão julgados em uma corte dos Estados Unidos, mas ainda não há data para uma decisão.

smart_display



DJI e Insta360 'se processam' por violação de patentes e design de câmera

00:00/07:154 coisas que fazem qualquer notebook perder desempenho - TecMundo

No caso das ações movidas pela DJI, a primeira acusação é a mais direta. A marca alega que os modelos da família Luna de câmeras com gimbal são cópias de um outro produto da fabricante, a popular Osmo Pocket 3.

Elementos do design e das funções de ambos os modelos são usados como argumento para evidenciar a suposta cópia, como o módulo principal e móvel no topo, o formato de haste, a montagem do estabilizador e os controles na parte inferior.

No segundo processo, a DJI alega que a Insta360 "no mínimo tinha conhecimento efetivo" de outras quatro patentes da marca relacionadas com a linha Osmo em câmeras e sistemas de estabilização, incluindo métodos de rastreamento de objetos e exibição da imagem, também presentes nos modelos Luna.



4 coisas que fazem qualquer notebook perder desempenho - TecMundo

A companhia pede uma liminar permanente para suspender as vendas do concorrente, além de uma indenização comparável a um pagamento de royalties e ressarcimento por eventuais lucros.

Insta360 também abriu processo Curiosamente, a resposta da acusada foi iniciar ela mesma duas ações judiciais contra a DJI, também a respeito de possíveis infrações de patentes. Além disso, a Insta360 também rejeitou as acusações de cópia de tecnologias.

As cinco patentes listadas no documento da Insta360 estão relacionadas à estabilização e controle de direção por gimbal, fluidez da imagem durante estabilização e uso da tecnologia em vídeos panorâmicos.

"Na Insta360, preferimos deixar que nossos produtos falem por si. Mas não temos medo de uma batalha judicial quando desafiados. Estamos totalmente comprometidos em proteger nossas inovações e tomaremos medidas decisivas para defender

Continuação: DJI e Insta360 'se processam' por violação de patentes e design de câmera

nossa **propriedade intelectual** contra violações", disse em nota oficial o fundador da empresa, JK Liu.

Vale a pena ter uma câmera digital? sobre a categoria e confira algumas dicas de produtos nesta matéria.

Alto renome impede novas marcas com nome 'Pix', mas mantém registros antigos



{
Inscrições prévias Oriental; Telecine

Incluem agrotóxico e modelo de canetas da Alemanha. PepsiCo e Sadia também solicitaram propriedade

BRASÍLIA O novo status de "alto renome" conferido pelo **Inpi (Instituto Nacional de Propriedade Industrial)** ao Pix, o sistema de pagamento instantâneo do Banco Central, abrange todos os segmentos da economia e deve barrar novos registros de marca com o mesmo nome.

Marcas antigas, particularmente aquelas que têm mais de cinco anos de registro no órgão de patentes, ficam protegidas.

O governo brasileiro divulgou o novo status do Pix em cerimônia na quarta-feira (10), em meio aos ataques do governo dos Estados Unidos à ferramenta. O alto renome é concedido a marcas com "prestígio, tradição, confiança e amplo reconhecimento" construídos ao longo do tempo. O solicitante desse registro - nesse caso, o Banco Central - precisa provar esses atributos por meio de pesquisa de mercado para ter o pedido atendido.

O Banco Central pediu o registro da marca "Pix powered by Banco Central" (Pix gerido pelo Banco Central, em inglês) em fevereiro de 2020, ainda sob a batuta de Roberto Campos Neto, e o **Inpi** conce-

deu o registro em janeiro de 2021. Em 2024, o BC pediu o registro da marca "Pix", sem o aposto.

Uma busca no banco de dados do **Inpi** mostra outros pedidos de registro da marca "Pix". Um deles é da fabricante de canetas Cleo Schreibgeräte, da antiga Alemanha Oriental, sucedida pela Montblanc como detentora do nome. Até hoje a Montblanc vende as canetas Pix, disponíveis por R\$ 2.580 no site da empresa.

Também é o caso do agrotóxico regulador de crescimento PIX, da indústria química alemã Basf, que tem registro ativo no Brasil. O produto à base de cloreto de mepiquate é usado na cultura do algodão e da cana-de-açúcar.

A gigante dos refrigerantes PepsiCo, a Sadia (atual BRF) e o canal de TV a cabo Telecine, do Grupo Globo, que detém a marca Megapix, também pediram registros comuns da marca "Pix". Segundo o banco de dados do **Inpi**, os três pedidos foram feitos antes do anúncio do sistema, em 2029, e estão expirados ou arquivados.

Em março do ano passado, a gestão Gabriel Galípolo pediu que o **Inpi** reconhecesse o status de alto renome do Pix, conferindo proteções adicionais à marca. Meses depois, os EUA anunciaram uma investigação que tinha a plataforma como um dos alvos.

Neste mês, o Escritório do Representante do Comércio dos Estados Unidos concluiu a apuração, apontando que o Pix desequilibra o mercado de pagamentos no Brasil, prejudicando empresas americanas que historicamente dominam o setor.

O governo Lula rejeita essas acusações e, desde o início da ofensiva, elevou o Pix a símbolo de uma campanha que tem como mote a soberania nacional.

"O efeito prático imediato do reconhecimento é impedir novos registros", explica o **Inpi**, órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, em nota, sobre o novo status de alto renome do sistema de pagamentos.

"Pedidos de registro de marca requeridos por terceiros poderão ser indeferidos caso reproduzam ou imitem uma marca de alto renome, causando confusão ou associação indevida no público em geral, independentemente da classe". Segundo o **Inpi**, os titulares de outros registros com o nome "Pix" ficam protegidos, com duas exceções: o Banco Central pode pedir ao instituto a nulidade de outro registro concedido até 180 dias antes; ou, na Justiça, a nulidade de outro registro concedido até cinco anos antes.

No caso de marcas que usam o nome de forma composta, como a casa de apostas Pixbet, por exemplo, os registros precisariam ser submetidos a um pedido de nulidade para que o uso passe a ser questionado. Para novos registros, os examinadores do **Inpi** vão avaliar caso a caso se o novo registro criaria confusão.



Site do Pix em celular Pedro Affonso 7.nov.24 Folhapress

Embora a Lei da **Propriedade Industrial** permita detenção por uso indevido de marca, em geral as decisões judiciais determinam suspensão de uso, multas e indenizações, diz o **Inpi**.

"O reconhecimento de alto renome não muda as regras de um dia para o outro, mas fortalece muito a posição jurídica do Banco Central para controlar o uso da marca Pix", diz Victor Cunha, fundador da PixNow, startup que usa a infraestrutura do Pix para processar pagamentos internacionais de forma

instantânea.

Ele diz que a mudança não preocupa a curto prazo, mas que a empresa vai prestar atenção nos desdobramentos da medida.

O que muda com o status de "alto renome" conferido pelo **Inpi ao Pix**

ABRANGÊNCIA

Diferentemente dos registros comuns, o status de alto renome abrange todos os segmentos da economia, conferindo uma blindagem maior àquela marca.

CRITÉRIO

Para obter esse status, o Banco Central precisou provar que a marca tem "amplo reconhecimento, prestígio, tradição e confiança construídos ao longo do tempo, associados à qualidade dos seus produtos ou serviços".

MARCAS ANTIGAS COM O MESMO NOME

* À princípio, estão protegidas de questionamento as marcas com o nome Pix já registradas. Isso vale especialmente para aquelas que têm registro concedido há mais de cinco anos, que é o tempo limite para o questionamento judicial.

* **Marcas** semelhantes concedidas pelo **Inpi** há até 180 dias podem ser alvo de pedido de nulidade dentro do **Inpi**. As registradas há 5 anos ou menos podem ser alvo de questionamento judicial.

NOVOS REGISTROS

* O novo status impede novos registros que reproduzam ou imitem uma marca de alto renome, causando confusão ou associação indevida no público em geral. Os registros são avaliados caso a caso, por um examinador do **Inpi**.

PUNIÇÕES

* Embora a Lei da **Propriedade Industrial** permita detenção por uso indevido de marca, em geral as decisões judiciais determinam suspensão de uso, multas e indenizações, diz o **Inpi**.

}

A evolução do regime jurídico da SAF



Por Mauricio de Figueiredo Corrêa da Veiga. Mudanças reforçam governança, ampliam receitas e mantêm debate sobre proteção patrimonial e direitos dos credores.

A evolução do regime jurídico da SAF | Congresso em Foco

A Lei nº 15.427/2026 promoveu importantes alterações na Lei das Sociedades Anônimas do Futebol (SAFs), buscando aperfeiçoar a governança, aumentar a transparência e oferecer maior segurança jurídica para investidores, clubes e credores.

Entre as principais mudanças, destaca-se a exigência de membros independentes nos Conselhos de Administração e Fiscal das SAFs, aproximando a gestão dos clubes das melhores práticas de governança corporativa adotadas pelo mercado. A lei também fortalece as ações de Classe A, que garantem ao clube fundador poderes especiais para proteger sua identidade histórica, como nome, símbolos e tradições.

A reforma também ampliou o objeto social das SAFs, permitindo a exploração mais ampla dos direitos de **propriedade intelectual**. Símbolos, marcas, escudos, conteúdos audiovisuais, plataformas digitais e demais ativos intangíveis passam a ser reconhecidos como importantes fontes de receita, alinhando o modelo brasileiro às práticas adotadas pelos principais mercados desportivos internacionais.

Apesar dessas inovações, o aspecto mais controverso da reforma está nos vetos presidenciais. O Congresso havia aprovado dispositivos que ampliavam a proteção patrimonial das SAFs contra execuções relacionadas às dívidas dos clubes fundadores. No entanto, o Poder Executivo vetou essas medidas por entender que poderiam dificultar a atuação dos credores e comprometer a efetividade das decisões judiciais.

Os vetos refletem a preocupação de evitar que a SAF seja utilizada como instrumento de blindagem patrimonial excessiva. O governo reconheceu a importância da autonomia patrimonial da sociedade empresária, mas entendeu que ela não pode servir como mecanismo absoluto para impedir a satisfação de créditos legítimos.

Por fim, neste primeiro momento, a conclusão é que a Lei nº 15.427/2026 inaugura uma nova fase das SAFs no Brasil. Ao mesmo tempo em que fortalece a governança e estimula investimentos no futebol, a legislação e os vetos presidenciais demonstram a preocupação em preservar os direitos dos credores e evitar abusos decorrentes da reorganização societária dos clubes. O grande desafio continuará sendo equilibrar eficiência econômica, atração de investimentos e responsabilidade patrimonial.

CONGRESSO EM FOCO NAS REDES

Índice remissivo de assuntos

ABPI	3,4,5,6,7,8
Marcas	12,13
Marco regulatório INPI	1,2,3,4,5,6,7,8,9,12,13
Propriedade Industrial	1,2,3,4,5,6,7,8,9,12,13
Propriedade Intelectual	1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,14